



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

RELATÓRIO

Propositura: Projeto de Lei do Legislativo nº 32 de 2025, protocolado nesta Casa de Leis em 18 de novembro de 2025.

Ementa: “Altera a redação do art. 1º e revoga o inciso III do art. 3º da Lei Municipal n. 5.340, de 10 de junho de 2025, que Dispõe sobre o fornecimento de sistema flash de monitorização da glicose por escaneamento intermitente (Freestyle Libre) ou outro similar, para portadores de diabetes tipo 1, no município de Dois Córregos.”

Autoria: Vereador David Cauã Mendes Costa.

O Projeto de Lei do Legislativo n. 32 de 2025, de autoria do Vereador David Cauã Mendes Costa, altera a redação do art. 1º e revoga o inciso III do art. 3º da Lei Municipal nº 5.340/2025, norma que regulamenta o fornecimento do sistema flash de monitorização de glicose (Freestyle Libre ou similar) para portadores de Diabetes Mellitus tipo 1.

A Lei original prevê o fornecimento gratuito do dispositivo, mas condiciona o acesso a critérios socioeconômicos, como renda de até um salário mínimo *per capita* e inscrição do beneficiário no CadÚnico. O projeto elimina tais condicionantes, ampliando o acesso para todos os pacientes com DM1, desde que residentes no município e regularmente cadastrados no SUS.

Quanto à iniciativa da propositura não há qualquer problema apto a ocasionar inconstitucionalidade e ou ilegalidade. A matéria, além de ser de competência legislativa municipal por se tratar de legislação referente a interesse local, também é de



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS



competência concorrente do Município, da União e dos Estado, conforme disposto na Lei Orgânica Municipal.¹

Logo, não há problemas neste ponto específico.

De modo geral, tudo o quanto previsto na Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998, e na Lei Complementar Municipal n. 64, de 16 de setembro de 2024, foi cumprido.

Em relação a competência para esse tipo de propositura, apenas como medida de cautela, faz-se adequado a menção do Tema 917 (ARE 878.911/RJ), onde foi sedimentado o entendimento que, há vício de iniciativa de Lei, em decorrência de interferência entre Poderes, na hipótese de propositura por parlamentar local, apenas quando a norma tratar (i) da estrutura ou atribuição de órgãos do Executivo, ou ainda, (ii) dispuser sobre o regime jurídico dos servidores públicos.²

A ampliação de acesso ao monitor contínuo de glicose, favorece o controle glicêmico, reduzindo internações e complicações graves do Diabetes tipo 1; reduz custos futuros ao sistema de saúde; elimina burocracias desnecessárias, como comprovação de renda e CadÚnico e evita discriminação entre pacientes com idêntica necessidade clínica.

¹ “Art. 5º Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao interesse local e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;”

“Art. 6º É competência comum do Município, da União e do Estado:
[...]

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas deficientes;”

² “Recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. **Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.** 4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. 5. Recurso extraordinário provido.” (STF. Tribunal Pleno. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo no 878.911/RJ, rel. Min. GILMAR MENDES, j. em 29 de setembro de 2016) (Destacado).”²



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

O critério de renda, por natureza, é assistencial, e não sanitário. O dispositivo em questão é um insumo médico, não um benefício social. Assim, seu acesso deve ser determinado pela necessidade clínica, não pela condição socioeconômica.

Em relação à análise do conteúdo, cabe a esta comissão analisá-la, também, sob o mérito, pois se enquadra na situação prevista na alínea “i” do § 2º, do art. 34 do Regimento interno. E, ao que tudo indica, não há no referido projeto de lei, irregularidades aparentes a ensejarem sua rejeição.

Assim, conclui-se que a propositura está apta a ser submetida ao Plenário para deliberação sob o viés político. É o relatório apresentado e como vota esse Relator.

Dois Córregos, 26 de novembro de 2025.

Vinícius de Oliveira Gonçalves
Relator

ASSINADO POR Vinícius de Oliveira Gonçalves - 8MR4-UX9H-U4BH-2R5N



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Dois Córregos. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://doiscorregos.siscam.com.br//documentos/autenticar?chave=8MR4UX9HU4BH2R5N>, ou vá até o site <https://doiscorregos.siscam.com.br//documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 8MR4-UX9H-U4BH-2R5N



ASSINADO POR Vinícius de Oliveira Gonçalves - 8MR4-UX9H-U4BH-2R5N